



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMZNAS  
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

**ÚNICO**  
**PR/AM 11495/2017**

**EDITAL Nº 014 DE 19 DE ABRIL DE 2017**

**SELEÇÃO DE SERVIDORES PARA REQUISIÇÃO JUNTO A ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DA UNIÃO DESTINADA AO EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM.**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMZNAS, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE tornar pública a abertura de processo seletivo simplificado para o preenchimento de 02 (duas) vagas para o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, mediante requisição junto a órgão da administração pública direta da União, que possuam graduação em Direito, para exercer atribuições profissionais pertinentes à sua área de formação, com lotação na Procuradoria da República no Município de Tefé/AM, nos termos a seguir elencados.

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. O presente processo seletivo simplificado será instruído na PR/AM e julgado pelo Procurador-Chefe com o auxílio dos Membros lotados na PRM-Tefé, quando possível;

1.2. Os candidatos selecionados serão nomeados para o cargo em comissão de Assessor Nível II, código CC-2, nos termos do art. 9º, II, da Lei 8.112/1990, de livre nomeação e exoneração, com lotação na Procuradoria da República no Município de Tefé/AM;

1.3. A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, no horário de funcionamento da PRM-Tefé;

1.4. A remuneração do cargo de Assessor Nível II é de R\$ 4.962,19 (quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos), nos termos do art. 16, § 1º, da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, acrescido das vantagens e benefícios previstos em lei, dentre os quais, adicional de penosidade, apurado na razão de 20% (vinte por cento) sobre o último padrão do vencimento básico mensal da carreira de Técnico do MPU e auxílio-alimentação no importe de R\$ 884,00 (oitocentos e oitenta e quatro reais).

1.5. A Administração não arcará com ajuda de custo de qualquer natureza, tanto na nomeação como na exoneração, pelo exercício do referido cargo em comissão objeto da presente seleção, inclusive para eventuais entrevistas desse Processo Seletivo.

**2. DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO**

2.1. O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este Edital será investido no cargo em comissão, por ato do Procurador-Chefe da PR/AM, atendidas as seguintes exigências:





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAPÁ  
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

- a) ter sido selecionado na forma estabelecida neste Edital;
- b) estar ocupando cargo efetivo em órgão integrante da Administração Pública Direta da União;
- c) ter nacionalidade brasileira;
- d) gozar dos direitos políticos e estar quite com as obrigações eleitorais;
- e) estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- f) possuir diploma de curso superior em nível de graduação em Direito, devidamente registrado no Ministério da Educação;
- g) ter idade mínima de 18 anos;
- h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- i) apresentar declaração de bens até a data da posse;
- j) apresentar declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro do Ministério Público dos Estados ou da União, ou ainda de servidor do Ministério Público da União, investido em função de confiança ou cargo de direção, chefia ou assessoramento;
- l) apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse.
- m) Não responder a processo disciplinar no órgão de origem e não possuir penalidade disciplinar nos últimos 5 anos;

**3. DA PARTICIPAÇÃO E INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

**3.1.** O período de inscrição será de 20/04/17 a 05/05/2017;

**3.2.** Os candidatos interessados em participar do presente processo seletivo deverão encaminhar, *curriculum vitae*, contendo dados de identificação, formação escolar, títulos, cursos e experiências profissionais, para o e-mail **pram-digep@mpf.mp.br** até as 18h00 do dia 05 de maio de 2017 (**horário de Manaus**).

**3.2.1.** O *curriculum vitae* deverá vir acompanhado de documentos comprobatórios digitalizados que atestem a veracidade das informações;

**3.2.** É obrigatória, para a efetivação da inscrição, a apresentação de cópia digitalizada do Diploma ou Certificado de formação superior, em nível de graduação em Direito, devidamente registrado no Ministério da Educação;

**3.4.** Considerar-se-á inscrito o candidato que encaminhar integralmente a documentação exigida no prazo indicado.

**4. DA SELEÇÃO**

**4.1.** A seleção será realizada pelo Procurador-Chefe da PRAM com o auxílio,





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS  
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

sempre que possível, dos Procuradores da República lotados no Município de Tefé, em duas fases, e nos seguintes moldes:

**4.1.1) Primeira fase: Pré-seleção** - A Divisão de Gestão de Pessoas da PRAM ficará responsável por receber e catalogar todos os currículos e encaminhar para o Procurador-Chefe efetivar a análise curricular;

**4.1.1.a)** Os candidatos pré-selecionados serão convocados para as entrevistas presenciais por meio do endereço de correio eletrônico que efetuaram a inscrição, não se responsabilizando a PRAM por eventuais problemas de recepção nos provedores dos respectivos correios eletrônicos, sendo ônus do candidato a verificação dos referidos e-mail's.

**4.1.2) Segunda fase:** Entrevista que será realizada com os candidatos pré-selecionados na primeira fase, nos seguintes moldes:

**4.1.2.a)** Entrevista presencial no Gabinete do Procurador-Chefe da PRAM, com participação dos Procuradores da República lotados no município de Tefé/AM por meio de videoconferência; ou,

**4.1.2.b)** Entrevista presencial na sede da Procuradoria da República no Município de Tefé/AM, com participação do Procurador-Chefe da PRAM por meio de videoconferência.

**4.2.** Na avaliação curricular serão consideradas a experiência profissional e o conhecimento técnico do candidato, por meio da análise dos títulos, cursos e outras atividades por ele declaradas, não havendo atribuição de notas, mas somente a observação da maior compatibilidade e/ou adaptabilidade do conjunto de atributos, competências profissionais e pessoais com o padrão pretendido pela Procuradoria da República;

**4.3.** Na fase da entrevista, além de eventual detalhamento das informações contidas no *curriculum vitae*, serão observados: fluência verbal, iniciativa, postura, facilidade de relacionamento, capacidade de trabalho em equipe, conhecimento de internet, correio eletrônico, sistemas operacionais, editor de textos, planilhas e apresentação;

## **5. DAS ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS**

**5.1.** Ao candidato selecionado poderá ser solicitada qualquer atividade inerente ao Bacharel em Direito e em especial:

- Assessoramento a membros;
- Elaboração de minutas de peças processuais, administrativas e extrajudiciais;
- Atendimento ao público;
- Inserir dados e utilizar os sistemas de informação corporativos;
- Atuar na tramitação e movimentação de processos;
- Executar atividades outras que eventualmente venham a ser determinadas pela





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS  
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

autoridade competente;

**6. CRONOGRAMA BÁSICO (datas prováveis)**

ETAPA/ATIVIDADE	DATA
Período de inscrição	20/04 a 05/05/2017
Pré-seleção	08 a 09/05/2017
Convocação dos pré-selecionados para entrevista	10/05/2017
Entrevistas	11 a 15/05/2017
Publicação do edital com resultado final	17/05/2017
Prazo final para entrega da documentação para a Requisição	24/05/2017

**7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**7.1.** Convocado, o candidato selecionado deverá apresentar os documentos necessários (originais e cópias) à investidura no cargo no prazo de cinco dias úteis;

**7.2.** O presente processo seletivo perderá sua validade imediatamente após as requisições de candidatos selecionados;

**7.3.** Após o resultado final e entrega da documentação para requisição, será efetivada a requisição do candidato selecionado ao órgão de origem que, se for recusada, não gera direito algum à nomeação objeto do presente processo seletivo;

**7.4.** Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones (92) 3182-3105 ou 3182-3119;

**7.5.** Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Chefe da PRAM.

Manaus, 19 de abril de 2017.

  
**EDMILSON DA COSTA BARREIROS JÚNIOR**